

ECONOMIA BRASILEIRA: uma incongruência?

Parece uma incongruência, mas os números da economia brasileira mostram uma situação, até certo ponto, paradoxal. A inflação segue sob controle, os juros estão em queda, os dados do setor externo são positivos e a balança comercial é recorde, porém a economia não deslanchou como esperado. Segundo a Confederação Nacional da Indústria - CNI (2006), o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) irá frustrar - ficará mais próximo de 3% que dos 4% esperados.

Deduz-se que a redução recente no ritmo de crescimento está relacionada aos efeitos da política monetária restritiva que vigorou desde o segundo semestre de 2004. A queda de 5,5 pontos percentuais na taxa Selic nos últimos meses não foi suficiente para trazer a taxa de juros real ao patamar anterior à subida do juro nominal. O expressivo recuo da inflação – a taxa em doze meses situa-se em patamar inferior à meta de inflação – mantém o juro real ainda em torno de 10% ao ano, o que emperra o crescimento da economia.

Observa-se, todavia, que o consumo doméstico tem liderado o crescimento. É o que assevera Branco (2006). Os efeitos dos juros altos são sentidos por outras duas vias: De um lado, no desestímulo ao investimento, com o alto custo do capital. Do outro, pela forte valorização do câmbio, que é exacerbada pelos juros altos.

Ainda que o saldo comercial seja recorde, a contribuição líquida do setor externo à demanda total (e ao PIB) já é negativa. As importações, em especial de bens de consumo, crescem de forma bastante expressiva e a continuidade do crescimento das exportações deve-se mais à evolução dos preços que ao aumento do quantum exportado em diversos segmentos industriais.

Ressalte-se, conforme Branco (2006), a existência de indicadores que não ensejam boas perspectivas. O crescimento dos gastos públicos segue um ritmo bastante superior ao do PIB. A despesa primária do governo central, que não computa os juros com o serviço da dívida, aumentou mais de dois pontos percentuais do referido PIB nos últimos dois anos. Esse incremento tem duas conseqüências: por um lado, pressiona pelo aumento da carga tributária

que também aumentou nesse período; do outro, impossibilitou a continuidade da queda do déficit nominal.

Entende-se que a alta da carga tributária e o juro elevado, função do déficit crescente, impõem custos ao setor produtivo e reduzem a competitividade dos produtos brasileiros. "Essa conjugação confirma (Branco, 2006, p. 30), intensifica os efeitos negativos do câmbio valorizado e restringe o crescimento no longo prazo".